

Deputada do PL faz 'blackface' durante discurso contra mulheres trans no plenário da Alesp

Category: BRASIL, GERAL

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 19 de março de 2026



Ao justificar o ato, ela afirmou que a encenação era uma forma de argumentar que pessoas trans não são mulheres, mesmo que se maquiem, o que gerou reação imediata entre colegas parlamentares e críticas nas redes sociais.

Durante a fala, a deputada iniciou dizendo que é uma mulher branca e passou a indagar que, se decidir se maquiar se passando por uma pessoa negra, ela se tornaria alguém que entende as causas dos negros. Foi neste momento que a parlamentar passou a pintar sua pele durante o discurso.

“Eu, sendo uma pessoa branca, vivendo tudo o que eu vivi como uma pessoa branca, agora aos 32 anos, decido me maquiar, me travestir como uma pessoa negra, me maquiando e deixando só o fora parecer. E aqui, eu pergunto: e agora? Eu virei negra? Eu senti o desprezo da sociedade por uma pessoa negra que jamais deveria existir? Eu te pergunto, você que está me assistindo, eu me pintando de negra, sinto na pele a dor que uma pessoa negra sentiu pelo racismo? Por não conseguir um trabalho, um emprego?”, afirmou.

“Eu, sou negra agora? Eu estou sentindo as dores de uma mãe e

teu filho que sofre tudo que sofre na rua por ser negro? Não é isso? Não é essa luta?”.

A deputada Ediane Maria, líder do PSOL na Alesp, fez uma representação em nome da bancada na Comissão de Ética por quebra de decoro e pedido de investigação no Ministério Público por racismo e transfobia.

“Fabiana Bolsonaro passou de todos os limites e cometeu racismo no plenário. São 137 anos da escravidão e temos que presenciar uma mulher branca, que raramente aparece no plenário, para falar a favor das mulheres, se pintando de preto para atacar a Erika Hilton. Uma mulher branca, que coloca o sobrenome de um ex-presidente facínora, para ser racista e transfóbica em plenário. Isso é um crime em flagrante. É uma afronta à história deste país. Estamos tomando as medidas cabíveis”, afirmou nas redes sociais.

A líder da Minoria na Alesp, a deputada estadual Beth Sahão (PT) também entrou com representação no Conselho de Ética contra a deputada Fabiana Bolsonaro (PL) pelos crimes de racismo e transfobia durante fala na tribuna da Casa.

Para a deputada Beth Sahão, não resta dúvida sobre a gravidade do comportamento da parlamentar. “Ela destilou todo seu racismo e sua transfobia durante sua fala, e ambas as atitudes configuram crimes. Seja a transfobia, que já foi tipificada como crime pelo Supremo desde 2019, seja o racismo, que toda a sociedade sabe que é crime”, afirmou.

Beth disse que outras colegas parlamentares que ficaram igualmente indignadas com a atitude de Fabiana Bolsonaro também assinam a representação.

“Esperamos que o Conselho de Ética seja ágil o suficiente para estabelecer as punições necessárias contra essa deputada”, enfatizou a líder da Minoria. “Naturalizar o racismo e a transfobia é um absurdo, é inaceitável”, acrescentou.

A deputada estadual Andréa Werner (PSB) também foi uma das signatárias de representação protocolada.

“No mesmo plenário onde já vimos um deputado apalpar os seios de uma deputada, há nem tanto tempo assim, hoje uma deputada se sentiu confortável para reproduzir a condenável prática do blackface na tribuna”, afirmou Andréa, que preside na casa Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com deficiência e a líder do PSB.

“Assinarei, juntamente com outros deputados e deputadas, uma representação no Conselho de Ética para que haja a devida responsabilização”, completou.

No discurso, Fabiana compara o fato de não entender as causas das mulheres negras porque se maquiou e compara a maquiagem ao fato das mulheres transexuais não entenderem determinadas pautas, como parto, amamentação e endometriose.

Ela fala sobre o fato de a deputada federal Érika Hilton ter sido escolhida a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, em Brasília.

“Eu quero justamente mostrar que não adianta me maquiar. Não adianta eu fingir algo. Eu não sei as dores que as mulheres negras lá, naquele evento que tiveram no governo federal, sentiram quando dormiam no estábulo. Mas agora eu não sou negra. Eu estou pintado de negra por fora [...]. Eu não sei as dores da essência que essas pessoas tiveram. E aqui, agora, tirando essa maquiagem, eu digo pra vocês, como uma mulher. Eu sou uma mulher. Não adianta se travestir de mulher. Não estou ofendendo nenhum transexual. Eu estou dizendo que eu sou mulher. A mulher do ano não pode ser transexual. Isso está tirando a mulher que inventou a vacina. Alguém tirou o lugar dela para colocar uma transexual”.

E continua: “Transexual tem que ser respeitado sim. Estamos vendo um aumento na história de assassinato de pessoas transexuais. Transexual tem que ser respeitado sim. Não quero

que nenhum trans passe por situação de preconceito, que seja assassinato e discriminado por ser trans. Mas não quero que nenhum trans tire meu lugar”.

“Como que a gente vai cuidar da endometriose, do parto, da amamentação, da menopausa, se a pessoa não tem um lugar de fala? Se eu sou branca, e mesmo me pintando de negra, eu não posso cuidar das pessoas que sofrem o racismo por não saber na essência o que elas passaram. É exatamente isso que um trans não pode fazer comigo”.

Fabiana completa dizendo que Érika Hilton tira o espaço de mulheres.

“[...] você, que é trans, tem a sua própria pauta para cuidar. Crie uma comissão para cuidar das transsexuais do país. A gente viu agora essa semana, na Comissão Federal, lá em Brasília, que uma mulher trans, Érika Hilton, foi colocada como presidente da Comissão da Mulher e isso me interessa muito. Não porque ela, uma trans, está como presidente. Mas porque uma trans está tirando o espaço de fala de uma mulher, assim como várias outras estão tirando”.

Durante transmissão da sessão, internautas comentaram: “Racismo é crime”, “Blackface é crime”, “Racismo não é liberdade de expressão”.

Ao g1, a advogada Dina Alves afirmou que a prática de blackface pode ser considerada crime, com enquadramento na Lei 7.716, por seu caráter discriminatório, e também no Código Penal, no artigo 140, parágrafo 3º, como injúria racial – equiparada ao crime de racismo.

“É um atitude potencialmente ilícita, sobretudo porque atinge a honra subjetiva de comunidades, coletivos”, afirmou.

O que diz a deputada

Nas redes sociais, a deputada Fabiana Bolsonaro (PL) se pronunciou sobre o discurso.

“Muitos estão distorcendo a minha fala e o sentido do meu protesto. Isso vai além de ‘lugar de fala’: trata-se de ser, de sentir, para poder representar. As mulheres merecem ser representadas por mulheres, os negros merecem ser representados por negros e os travestis também merecem ser representados. Um não precisa ocupar o lugar do outro. É sobre isso. Mas a esquerda prefere distorcer e atacar”.

“A analogia foi clara, só não entendeu quem não quis. Assim como eu não me torno negra só porque pinte a pele, ninguém que não nasceu mulher pode representar com legitimidade as dores biológicas, psicológicas e históricas que só as mulheres biológicas conhecem”, escreveu.

O que diz a Alesp

Em nota, a Alesp disse que o Conselho de Ética da Assembleia Legislativa é o órgão com autoridade e legitimidade para analisar casos que eventualmente excedam a imunidade parlamentar.

“A Constituição assegura que os parlamentares são invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos, especialmente quando manifestados em Plenário. Trata-se de garantia destinada a assegurar a liberdade necessária ao pleno exercício do mandato”, afirmou.

Origem do ‘blackface’

Do inglês, black, “negro” e face, “rosto”, a prática consiste na pintura da pele com tinta escura. Estipula-se que tenha

iniciado por volta de 1830, nos Estados Unidos, em meio ao período de transição entre escravidão e abolição da escravatura.

“Após a abolição nos Estados Unidos, para poder criar um mecanismo de subjetividade negativa sobre a população negra, passaram a usar estereótipos de forma negativa para poder caracterizar a população negra como incapaz de conviver com os direitos democráticos de liberdade. Ou seja, ela tinha liberdade, mas não tinha cidadania”, explicou o professor da Unesp e ativista antirracista Juarez Xavier, em entrevista ao *gl Bauru*.

Ao contrário do que a normalização da prática deu a entender por muitos anos, o “blackface” não se trata apenas de pintar a pele de cor diferente.

“A pesquisadora Patrícia Collins classificou essa e outras práticas como imagens de controle. Essas imagens negativas da população negra criam uma subjetividade que legitima as práticas de violência e negação da cidadania da população negra. Ela criminaliza o direito de cidadania da população negra e cria um viés social que legitima a brutalidade e a destruição dos corpos negros nas sociedades racistas”.

No século 19, atores brancos usavam tinta para pintar os rostos de preto em espetáculos humorísticos, se comportando de forma exagerada para ilustrar comportamentos que os brancos associavam aos negros.

Essas personagens não tinham características positivas: falavam errado, eram mal caráter, preguiçosas, atrapalhadas, sexualizadas, violentas e animais. Por meio do “blackface”, pessoas negras eram ridicularizadas para o entretenimento de brancos. Estereótipos negativos vinham associados às piadas, principalmente nos Estados Unidos e na Europa.

“Não é inocente a construção dessa imagem, ela tem

consequência. Da destruição dos corpos não normalizados, da segregação desses corpos e da negação da cidadania. Essa estratégia foi utilizada em todas sociedades abertamente racistas que brutalizaram as populações não brancas”, conta Juarez.

O professor explica que o uso do “blackface” surgiu numa época em que os negros nem eram autorizados a subir nos palcos e atuar, por causa da cor da pele. Popular, a prática continuou em programas de TV e no teatro por boa parte do século 20, chegando a se tornar um gênero de teatro próprio.

No contexto brasileiro, a prática se popularizou especialmente durante o carnaval, quando pessoas brancas se fantasiam de “Nega Maluca” ou de “Índio” usando o argumento de que estão fazendo uma homenagem. No entanto, a prática é considerada desrespeitosa para essas culturas.

Juarez pontua que no cerne do problema, seja nos Estados Unidos, na Europa ou no Brasil, há a construção de mecanismos para justificar o racismo, sendo o “blackface” mais uma artimanha que busca atuar na representação do que seria a população negra.

“Dizer que esse [blackface] é um problema lá de fora é falacioso e mentiroso. No Brasil, se você pega toda a representação do negro ao longo do século 19, ela é totalmente negativa. O homem negro é apontado como vagabundo, vadio, preguiçoso, incapaz de raciocínio lógico. Já a mulher negra é tida como lasciva, incapaz de confiança. Desse modo, vai se construindo um imaginário para justificar o extermínio dessa população”, explica.

Fonte: G1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
19/03/2026/13:50:21

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal

uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com

[O papel da publicidade online no crescimento dos negócios digitais](#)